



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
UNIDADE PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

PAULINA TEIXEIRA BARROS

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA
INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE DESAFIOS E PRÁTICAS**

**Imperatriz-MA
2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
UNIDADE PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

PAULINA TEIXEIRA BARROS

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA
INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE DESAFIOS E PRÁTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Teixeira Barros, Paulina.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA
INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE DESAFIOS E PRÁTICAS
/ Paulina Teixeira Barros. - 2025.

33 p.

Orientador(a): Francisca Melo Agapito.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

1. Mediação de Conflitos. 2. Educação Inclusiva. 3.
Educação Infantil. 4. Prática Docente. 5. Convivência.
I. Melo Agapito, Francisca. II. Título.

PAULINA TEIXEIRA BARROS

**MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA
INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE DESAFIOS E PRÁTICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão, como exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em: 19 / 12 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

1ª Examinadora: Profa. Dra. Rita Maria Gonçalves de Oliveira
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

2ª Examinadora: Profa. Esp. Simone Regina Omizzolo
Universidade Federal do Maranhão-UFMA

Dedico este trabalho a Deus, à minha família e a
todas as pessoas que, direta ou indiretamente,
contribuíram para a minha formação acadêmica e
pessoal.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e a presença de pessoas muito especiais, que caminharam comigo ao longo desta trajetória acadêmica, sustentando-me nos momentos difíceis e celebrando cada conquista.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me envolver com Seu amor, força e bondade, e por me conceder coragem para seguir em frente mesmo quando o cansaço e as incertezas se fizeram presentes.

À minha família, meu maior alicerce — pai, mãe, irmãs e ao meu irmão, que há alguns anos se tornou uma linda estrela no céu — deixo meu mais profundo agradecimento. Vocês são a razão de eu continuar, a inspiração que me move e o lugar onde sempre encontro acolhimento. Obrigada por acreditarem em mim e em meus sonhos, mesmo quando eu mesma não conseguia acreditar.

Ao meu marido, companheiro e amigo, Lucas Carvalho Silva, minha gratidão eterna. Você foi essencial em cada etapa desta caminhada, sempre me apoiando, incentivando, acreditando e me ajudando a seguir quando tudo parecia difícil. Sua presença, seu cuidado e sua confiança tornaram possível a construção da minha formação. Você é, sem dúvida, um presente de Deus na minha vida. Em seu nome, estendo os agradecimentos à toda família Carvalho.

Com profunda gratidão, agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Francisca Melo Agapito, pela dedicação, paciência, apoio e pelas valiosas orientações ao longo de todo o processo de construção deste trabalho.

Agradeço também, de forma especial, às integrantes da banca examinadora, Profa. Dra. Rita Maria Gonçalves de Oliveira e Profa. Simone Regina Omizzolo, pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas contribuições que enriquecem este trabalho.

Registro, ainda, meu sincero agradecimento à Universidade Federal do Maranhão, instituição que me recebeu e acolheu durante o processo de formação em Pedagogia, contribuindo de maneira significativa para minha trajetória acadêmica e profissional.

Aos demais professores, meu sincero agradecimento por todo o carinho, dedicação e compromisso com a educação. Cada aula, cada diálogo aberto e cada orientação contribuíram para minha formação humana e profissional, mostrando-me que a educação tem o poder de transformar vidas, começando pela transformação que acontece dentro de cada um de nós. Levarei para sempre seus ensinamentos, assim como guardo com muito carinho a memória do querido prof. José Batista de Oliveira.

Aos meus amigos e colegas de turma, de trabalho, pelos corredores da UFMA e que a vida me trouxe, agradeço por cada palavra de incentivo, por cada gesto de apoio e por estarem ao meu lado nos dias mais difíceis. Vocês tornaram essa caminhada mais leve e aqueceram meu coração em tantos momentos.

À família Cebama Kids, agradeço pela oportunidade, pela confiança e pelo acolhimento, que me proporcionaram estabilidade e tranquilidade nesta reta final do curso.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, me abraçaram ao longo dessa caminhada. Cada gesto, palavra e presença fizeram a diferença. Levo comigo o carinho e a gratidão por todos vocês.

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (Freire, 1997, p. 47).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como a mediação de conflitos, enquanto prática pedagógica intencional, realizada por professores/as da Educação Infantil pode contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e harmonioso. Para tanto, o estudo embasou-se em autores/as que dialogam sobre conflitos, Educação Inclusiva e práticas pedagógicas, articulando essas dimensões à convivência escolar e ao desenvolvimento socioemocional das crianças. No âmbito metodológico, a pesquisa está ancorada por meio de revisão bibliográfica sistematizada, com uma abordagem qualitativa, sendo utilizada como caminho a busca em bases como a CAPES, SciELO, Google Acadêmico, Medline e Pedro. Os dados gerados foram analisados à luz da análise descritiva. Os resultados, revelaram alguns desafios enfrentados pelos docentes, tais como fragilidades na formação inicial e continuada, incluindo insuficiência na formação específica, ausência de apoio institucional, entre outros. Além disso, o estudo evidencia que práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas na ludicidade, na aprendizagem cooperativa, em projetos colaborativos e no diálogo, contribuem significativamente para a mediação de conflitos e para o fortalecimento da convivência escolar. Conclui-se que a mediação de conflitos constitui uma ferramenta pedagógica relevante, que requer investimento em formação continuada, o suporte da gestão escolar e o comprometimento coletivo, sendo essencial para promover a equidade, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral das crianças em contextos educacionais inclusivos.

Palavras-chave: Mediação de conflitos. Educação inclusiva. Educação infantil. Prática docente. Convivência.

ABSTRACT

This study aims to analyze how conflict mediation, understood as an intentional pedagogical practice, carried out by early childhood education teachers, can contribute to the promotion of an inclusive, welcoming, and harmonious school environment. To this end, the study is grounded in authors who discuss conflict, inclusive education, and pedagogical practices, articulating these dimensions with school coexistence and children's socio-emotional development. Methodologically, the research is characterized as a qualitative study, anchored in a systematized literature review, conducted through searches in databases such as CAPES, SciELO, Google Scholar, Medline, and PEDro. The data generated were analyzed using descriptive analysis. The results reveal challenges faced by teachers, such as weaknesses in initial and continuing teacher education, insufficient specific training, and lack of institutional support. Furthermore, the study highlights that inclusive pedagogical practices grounded in playfulness, cooperative learning, collaborative projects, and dialogue significantly contribute to conflict mediation and to the strengthening of inclusive school coexistence. It is concluded that conflict mediation constitutes a relevant pedagogical tool that requires investment in continuing education, support from school management, and collective commitment, being essential for promoting equity, respect for diversity, and the integral development of children in inclusive educational contexts.

Keywords: Conflict mediation. Inclusive education. Early childhood education. Pedagogical practice. Coexistence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
SciELO	– Scientific Electronic Library Online
PPP	– Projeto Político-Pedagógico
PNE	– Plano Nacional de Educação
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
TDICs	– Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
MDPI	– Multidisciplinary Digital Publishing Institute
CEJSH	– Central European Journal of Social Sciences and Humanities

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESAFIOS REFERENTES AOS CONFLITOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	17
3.1 Práticas pedagógicas para a promoção da inclusão	20
4 METODOLOGIA.....	22
5 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: O QUE NOS REVELAM OS ESTUDOS SELECIONADOS.....	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS	29
ANEXOS.....	32

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE DESAFIOS E PRÁTICAS¹

Paulina Teixeira Barros ²

Francisca melo Agapito³

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar como a mediação de conflitos, enquanto prática pedagógica intencional, realizada por professores/as da Educação Infantil pode contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e harmonioso. Para tanto, o estudo embasou-se em autores/as que dialogam sobre conflitos, Educação Inclusiva e práticas pedagógicas, articulando essas dimensões à convivência escolar e ao desenvolvimento socioemocional das crianças. No âmbito metodológico, a pesquisa está ancorada por meio de revisão bibliográfica sistematizada, com uma abordagem qualitativa, sendo utilizada como caminho a busca em bases como a CAPES, SciELO, Google Acadêmico, Medline e Pedro. Os dados gerados foram analisados à luz da análise descritiva. Os resultados, revelaram alguns desafios enfrentados pelos docentes, tais como fragilidades na formação inicial e continuada, incluindo insuficiência na formação específica, ausência de apoio institucional, entre outros. Além disso, o estudo evidencia que práticas pedagógicas inclusivas, fundamentadas na ludicidade, na aprendizagem cooperativa, em projetos colaborativos e no diálogo, contribuem significativamente para a mediação de conflitos e para o fortalecimento da convivência escolar. Conclui-se que a mediação de conflitos constitui uma ferramenta pedagógica relevante, que requer investimento em formação continuada, o suporte da gestão escolar e o comprometimento coletivo, sendo essencial para promover a equidade, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral das crianças em contextos educacionais inclusivos.

Palavras-chave: Mediação de conflitos. Educação inclusiva. Educação infantil. Prática docente. Convivência.

Abstract:

This study aims to analyze how conflict mediation, understood as an intentional pedagogical practice, carried out by early childhood education teachers, can contribute to the promotion of an inclusive, welcoming, and harmonious school environment. To this end, the study is grounded in authors who discuss conflict, inclusive education, and pedagogical practices, articulating these dimensions with school coexistence and children's socio-emotional development. Methodologically, the research is characterized as a qualitative study, anchored in a systematized literature review, conducted through searches in databases such as CAPES, SciELO, Google Scholar, Medline, and PEDro. The data generated were analyzed using descriptive analysis. The results reveal challenges faced by teachers, such as weaknesses in initial and continuing teacher education, insufficient specific training, and lack of institutional support. Furthermore, the study highlights that inclusive pedagogical practices grounded

¹ Este texto contém acréscimos, para atender a alguns critérios e estar apto a ser utilizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Informamos que o objeto de pesquisa se manteve inalterado, não causando prejuízos quanto a investigação, permanecendo assim, alinhado a versão apresentada no evento a que foi submetido e apresentado.

² Graduanda do Pedagogia do Centro de Ciências de Imperatriz, da Universidade Federal do Maranhão (CCIM/UFMA). E-mail do(a) aluno(a) paulina.barros@discente.ufma.br

³ Doutora em Ensino. Docente da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Docente permanente do Programa de Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas – PPGEPE/UFMA – Centro de Ciências de Imperatriz. Imperatriz-MA, E-mail: francisca.agapito@ufma.br

in playfulness, cooperative learning, collaborative projects, and dialogue significantly contribute to conflict mediation and to the strengthening of inclusive school coexistence. It is concluded that conflict mediation constitutes a relevant pedagogical tool that requires investment in continuing education, support from school management, and collective commitment, being essential for promoting equity, respect for diversity, and the integral development of children in inclusive educational contexts.

Keywords: Conflict mediation; Inclusive education; Early childhood education; Pedagogical practice; Coexistence

1 INTRODUÇÃO

A mediação de conflitos na escola tem se tornado um assunto de grande relevância nas discussões educacionais, especialmente diante das novas exigências relacionadas à inclusão e à diversidade nas salas de aula. Na Educação Infantil, as crianças encontram-se em fase de desenvolvimento social e emocional, aprendendo a conviver com o outro.

Diante disso, o estudo apresenta os desafios enfrentados pelos professores ao lidar, em sala de aula, com a diversidade de habilidades, culturas e realidades sociais dos alunos. Nesse cenário, a mediação de conflitos configura-se como um recurso pedagógico indispensável para transformar as diferenças presentes na educação inclusiva em oportunidades formativas e de convivência respeitosa, bem como revela a necessidade de criar estratégias pedagógicas eficazes para mediar conflitos e promover a inclusão.

A motivação para a realização desta pesquisa decorre da trajetória profissional da autora, construída ao longo de quase seis (6) anos de atuação na Educação Infantil, inicialmente como voluntária e, posteriormente, como professora assistente. A vivência cotidiana em sala de aula possibilitou o contato direto com situações recorrentes de conflitos entre crianças, especialmente em contextos marcados pela diversidade de habilidades, comportamentos e realidades sociais.

De igual modo, a trajetória acadêmica foi determinante na minha caminhada com a docência e consequentemente com os espaços escolares, especialmente a partir das experiências vivenciadas em disciplinas que possibilitaram compreender o desenvolvimento infantil de forma mais ampla e significativa. A atividade de Estágio em Docência de Educação Infantil representou um marco importante nesse processo, pois permitiu o contato direto com a realidade escolar, favorecendo a articulação entre teoria e prática. Esta vivência contribuiu para que eu compreendesse, de maneira concreta, a importância do planejamento pedagógico, da observação atenta e da intencionalidade educativa no trabalho com crianças pequenas.

Além disso, as disciplinas de Educação Especial e Psicologia tiveram papel fundamental no aprofundamento do meu olhar sobre as singularidades do desenvolvimento humano. A Educação Especial despertou em mim curiosidades e reflexões acerca das diferentes formas de aprendizagem, reforçando a importância de práticas pedagógicas inclusivas, sensíveis às necessidades específicas de cada criança. Já a Psicologia contribuiu para ampliar minha compreensão sobre os aspectos emocionais, cognitivos e sociais que influenciam o processo de aprendizagem, levando-me a refletir sobre o papel do professor como mediador do desenvolvimento infantil e das relações no espaço escolar. Tais experiências suscitaram reflexões sobre as formas de mediação adotadas no ambiente escolar, compreendidas como práticas pedagógicas intencionais.

À luz das contribuições de Vygotsky (2007), que compreende a aprendizagem como um processo social mediado, e de Wallon (2007), que destaca a indissociabilidade entre desenvolvimento afetivo, social e cognitivo, a mediação de conflitos passa a ser entendida como elemento fundamental para a construção de relações inclusivas e acolhedoras. Nesse sentido, a pesquisa insere-se no processo de construção da profissionalidade docente, articulando experiência prática e fundamentação teórica.

A presença de alunos com diferentes características torna a sala de aula mais rica em experiências, mas exige do docente planejamento, sensibilidade e capacidade de adaptação às necessidades individuais de cada criança. Assim sendo, com base no exposto até o momento, surgiu a motivação para desenvolver este trabalho, tendo como pergunta de investigação: De que forma a mediação de conflitos realizada por professores/as da Educação Infantil pode contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e harmonioso?

Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar como a mediação de conflitos por professores/as da Educação Infantil pode contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e harmonioso. De forma específica, busca-se identificar desafios latentes para a efetivação de uma educação inclusiva; discutir práticas pedagógicas articuladas à proposta inclusiva e ao respeito às diferenças e investigar o que as produções científicas têm evidenciado sobre a mediação de conflitos por meio de práticas pedagógicas inclusivas.

Neste processo, visamos incentivar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas que contribuem para a criação de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e harmonioso na Educação Infantil. Ao entender como os docentes conduzem a mediação de conflitos nesse cenário, é possível identificar estratégias pedagógicas que promovam a inclusão, reforcem as relações interpessoais e incentivem valores como o respeito, a empatia e a colaboração.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. Foram realizadas buscas nas bases de dados, no Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, Google Acadêmico, Medline e Pedro⁴, contemplando obras, artigos científicos e publicações especializadas relacionadas à temática, com recorte temporal de 2020 a 2025. A análise realizada se deu de forma descritiva, orientada pelo referencial teórico que sustenta a investigação.

A estrutura do trabalho contempla inicialmente os desafios que se configuram como potenciais conflitos na educação inclusiva; em seguida, discute práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da inclusão que podem ser colaborativas para a aquisição de habilidades de convivência; posteriormente, apresenta os caminhos metodológicos e os resultados obtidos a partir da pesquisa em distintas bases que alocam artigos científicos; e, por fim, retoma reflexões sobre os achados nas considerações finais.

2 DESAFIOS REFERENTES AOS CONFLITOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os desafios relacionados aos conflitos na Educação Infantil inclusiva estão intimamente vinculados à dificuldade de assegurar um ambiente escolar verdadeiramente democrático, capaz de valorizar as diferenças e favorecer o aprendizado de todos os alunos. Neste trabalho, entende-se conflito interpessoal na escola como uma tensão ou desentendimento que emerge das relações entre alunos, professores e/ou gestores, resultante de divergências de interesses, valores ou estratégias de convivência (Monteiro, 2025).

No cotidiano escolar, os conflitos surgem quando as pessoas envolvidas apresentam percepções, necessidades ou modos de agir que não se harmonizam, gerando tensões capazes de afetar tanto a convivência quanto o processo educativo. No contexto da educação infantil inclusiva, tais conflitos podem se intensificar, uma vez que a diversidade de ritmos de aprendizagem, histórias de vida, comportamentos e modos de participação exige da escola estratégias acolhedoras, comunicação clara e práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças.

Nessa perspectiva, Vygotsky (2007) contribui ao compreender que o desenvolvimento infantil ocorre a partir das interações sociais, mediadas por sujeitos mais experientes, entre os quais se destaca o professor. Assim, os conflitos interpessoais presentes no cotidiano escolar

⁴ A MEDLINE é uma base de dados da área da saúde mantida pela *National Library of Medicine*, acessada principalmente pelo PubMed e voltada à pesquisa biomédica. A PEDro, por sua vez, é uma base especializada em fisioterapia, que reúne ensaios clínicos, revisões sistemáticas e diretrizes, avaliando a qualidade metodológica dos estudos por meio da Escala PEDro

podem ser compreendidos como momentos potencialmente educativos, desde que mediados de forma intencional, favorecendo a aprendizagem social, o desenvolvimento da linguagem e a construção de modos mais elaborados de convivência. Em contextos inclusivos, tais conflitos frequentemente emergem da dificuldade de participação equitativa dos estudantes, evidenciando que a mediação pedagógica não atua apenas na resolução de tensões interpessoais, mas também na superação de barreiras à inclusão.

A educação inclusiva na infância vai além da simples presença física da criança com deficiência no ambiente escolar; exige transformações nas práticas pedagógicas, nas posturas profissionais e na organização institucional como um todo. Sob essa ótica, Wallon (2007) enfatiza que o desenvolvimento da criança é integral, envolvendo dimensões afetivas, sociais e cognitivas de forma indissociável. Para o autor, os conflitos fazem parte do desenvolvimento emocional infantil e não devem ser compreendidos apenas como problemas a serem eliminados, mas como expressões das relações sociais que, quando bem conduzidas, contribuem para a construção da identidade, do autocontrole e da socialização.

Para que a inclusão seja efetiva, é indispensável que os professores desenvolvam estratégias didáticas capazes de atender às diferentes necessidades dos estudantes, assegurando oportunidades equitativas de participação. Este ponto é reforçado por Bueno, Bueno e Portilho (2023, p. 3), ao afirmarem que “[...] a educação inclusiva consiste não somente na aceitação ou integração da pessoa com deficiência em uma sala de aula regular, mas, sobretudo, na valorização das diferenças, resgatando valores, o que se configura no respeito para a construção de uma educação inclusiva”. Nesta conjuntura, o conhecimento sobre estes aspectos perpassa pela construção de conhecimentos para uma boa condução do processo pedagógico mediatizado e coerente para a resolução de conflitos.

Diante deste entendimento, evidencia-se a importância de formações continuadas que permitam aos docentes aprimorar seu conhecimento sobre a valorização das diferenças, respeito aos níveis de aprendizagem, dentre outros pontos de igual importância, para que suas práticas sejam efetivamente inclusivas. Todavia, diversos desafios persistem e evidenciam que a educação inclusiva, em sua trajetória rumo a um ensino público de qualidade, permanece em constante construção. Entre tais desafios, destaca-se a falta de conhecimento, por parte de profissionais e gestores, sobre os procedimentos necessários para garantir um processo efetivamente inclusivo. Nesse sentido, ressalta-se a importância da gestão escolar em compreender “[...] o que diz a Constituição, mas, principalmente, conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com

qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos” (Yoshida, 2019, p. 5).

Compreender documentos legais, procedimentos, estratégias e formas de minimizar situações conflituosas, constitui tarefa essencial para todos os atores que integram o espaço escolar. Assim, a citação apresentada anteriormente evidencia, ainda, a necessidade de atenção especial aos gestores, considerando que sua atuação exige conhecimentos aprofundados sobre aspectos legais e procedimentos que orientem a mediação de situações complexas, independentemente da condição dos sujeitos envolvidos.

Ressaltamos ainda que, existe uma interpretação errônea sobre o que a legislação e os documentos oficiais estabelecem como essencial. Um exemplo recorrente é o entendimento restrito do termo "adaptações razoáveis", que muitas vezes é reduzido às adaptações curriculares. Entretanto, como esclarece Yoshida (2019, p. 6), o conceito também abrange adaptações no ambiente físico, na comunicação e nos métodos de avaliação, como a aplicação diferenciada de provas, entre outras ações necessárias para assegurar a inclusão efetiva dos alunos. A autora destaca, ainda, a importância de considerar a diversidade das pessoas com deficiência e suas necessidades, reforçando que:

Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual. Alunos com deficiência mental podem enfrentar mais dificuldade no processo de alfabetização, mas são capazes de desenvolver oralidade e reconhecer sinais gráficos. É importante valorizar a diversidade e estimular as crianças a apresentarem seu melhor desempenho, sem fazer uso de um único nivelador. A avaliação deve ser feita em relação ao avanço do próprio aluno, sem usar critérios comparativos (Yoshida, 2019, p. 10).

Diante disso, é fundamental destacar que é responsabilidade da escola, no contexto institucional, assegurar condições que favoreçam a inclusão, disponibilizando recursos pedagógicos, garantindo acessibilidade física e tecnológica, e promovendo formações continuadas focadas em práticas inclusivas.

Para além das ações desenvolvidas em sala de aula, a efetivação da inclusão e a mediação dos conflitos demandam uma organização institucional coerente, na qual a gestão escolar exerce papel estratégico. Nesse sentido, a gestão escolar assume papel central na consolidação de práticas inclusivas e na mediação de conflitos no contexto educativo, ao criar condições institucionais para o trabalho coletivo e a formação docente. Nesse sentido, Libâneo (2017, p. 23) afirma que a gestão escolar democrática caracteriza-se por “articular os aspectos pedagógicos, administrativos e formativos, orientando o trabalho docente por objetivos

coletivos e por uma proposta pedagógica comum”. Essa articulação favorece a construção de práticas alinhadas aos princípios da inclusão e da convivência respeitosa no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) assume papel fundamental, pois expressa a identidade da escola e orienta suas ações educativas. Conforme Veiga (2013, p. 13), o PPP é “um instrumento de ação política e pedagógica, construído coletivamente, que define os rumos da escola e explicita seus princípios, valores e objetivos”. Quando fundamentado em uma concepção inclusiva, o PPP contribui para que a mediação de conflitos e o respeito às diferenças deixem de ser ações pontuais e se consolidem como compromisso institucional, orientando o trabalho docente e a gestão escolar.

A instituição deve desenvolver uma cultura escolar que valorize o respeito às diferenças, reconhecendo que cada estudante possui um ritmo e um modo único de aprender. Dessa forma, potenciais conflitos decorrentes dessas diferenças, podem ser melhor analisados e ponderados para que o processo pedagógico seja eficaz e efetivamente inclusivo.

Considerando que conflitos podem ocorrer em diferentes contextos, como o escolar, é necessário desenvolver um trabalho pedagógico intencional, fundamentado em princípios que promovam um ambiente de respeito às diversidades. Para tanto, emerge a necessidade de formações docentes, conhecimento por parte da gestão escolar, além da garantia de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que contemple a educação inclusiva infantil de forma prática e eficaz.

Em suma, os conflitos na Educação Infantil inclusiva devem ser compreendidos como fenômenos inerentes às relações humanas e ao processo educativo, especialmente em contextos marcados pela diversidade. Longe de representarem apenas obstáculos à aprendizagem, os conflitos revelam a necessidade de práticas pedagógicas intencionais, mediações conscientes e uma gestão escolar comprometida com os princípios da inclusão e da equidade. Quando reconhecidos e mediados de maneira adequada, os conflitos tornam-se oportunidades formativas, contribuindo para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo das crianças, bem como para a construção de uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças. Neste contexto, a próxima seção discute práticas pedagógicas articuladas ao processo de inclusão escolar, visando à compreensão de aspectos conflituosos presentes no cotidiano educativo.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

No contexto contemporâneo, percebe-se a necessidade de mudanças nas práticas pedagógicas, de modo a alcançar todos os públicos, além de proporcionar aprendizagens

consistentes, a partir de um ambiente acolhedor, que dinamize os processos e promova a inclusão de todos. Tais práticas também devem oferecer subsídios para a mediação de conflitos quando ocorrerem. De acordo com Sousa (2020, p. 18) a “[...] inovação no ambiente educacional é fundamental para criar uma escola que atenda às necessidades contemporâneas”. No entanto, para que essas mudanças se efetivem, é fundamental que os professores estejam em processo contínuo de formação, por meio de capacitações e demais ações formativas, além de estarem abertos a se adaptar às necessidades que possam surgir.

A formação continuada possibilita que o professor reflita sobre sua prática, entenda as demandas específicas de seus alunos e implemente metodologias ativas que incentivem a participação, o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes. Esta compreensão dialoga com a perspectiva vygotskiana de que o professor exerce papel central como mediador do processo educativo, organizando situações de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores por meio da interação social (Vygotsky, 2007). Desse modo, práticas pedagógicas planejadas e mediadas de forma consciente, contribuem para a redução de conflitos e para a promoção de relações mais colaborativas no contexto inclusivo.

Ademais, a atualização pedagógica auxilia no desenvolvimento de competências socioemocionais e na adoção de novas tecnologias educacionais inclusivas, aspectos essenciais em um ambiente escolar que se torna cada vez mais dinâmico e inclusivo.

A prática pedagógica desenvolvida pela escola está amplamente associada a práticas sociais. Os professores precisam compreender o significado social das decisões na sua prática pedagógica, pois estas definem as relações entre os elementos que a integram. Do contrário, se tornarão vítimas de modismos e de linguagens sem significados teóricos para fundamentar sua ação. A escola, por meio do trabalho pedagógico, organiza relações localizadas entre as finalidades específicas de educação formal e as finalidades sociais para a formação humana (Farias, 2019, p. 31).

Com base no excerto selecionado, é possível inferir que, ao afirmar que os professores devem compreender o significado social de suas escolhas pedagógicas, o autor enfatiza a necessidade de uma atitude crítica e reflexiva por parte dos educadores. Isso implica reconhecer que cada opção metodológica, conteúdo ministrado e método de avaliação refletem ideias sobre o mundo, o ser humano e a função da educação na sociedade. Essa consciência pedagógica pode contribuir para minimizar conflitos e orientar soluções mais eficazes. Portanto, o docente não deve adotar uma postura mecânica ou aderir a modismos pedagógicos passageiros, mas embasar sua atuação em teorias consistentes e em uma intencionalidade educativa consciente.

Seguindo esse raciocínio, a crítica aos “modismos” pedagógicos evidencia o risco de práticas que, embora pareçam inovadoras, estão descontextualizadas e carecem de significado

teórico ou social. A verdadeira inovação ocorre quando teoria e prática estão alinhadas e quando o docente compreende às necessidades reais dos estudantes e da comunidade escolar.

A escola atua como intermediária entre a educação formal e a formação humana, articulando conteúdos escolares e valores éticos, sociais e culturais. Assim, o trabalho pedagógico deve promover não apenas conhecimento, mas também a formação de cidadãos críticos, engajados e respeitosos da diversidade humana. A didática, entendida como o conjunto de métodos e estratégias que orientam o processo de ensino, assume papel central na mediação de conflitos escolares, especialmente na educação inclusiva. Quando o professor planeja o currículo de forma clara, diversificada e adaptada às necessidades de todos, reduz barreiras pedagógicas e relacionais e promove um ambiente mais colaborativo e menos excludente (Carvalho, 2012).

No entanto, em muitos contextos da Educação Infantil, conflitos emergem da ausência de práticas didáticas que considerem a diversidade das crianças. A falta de planejamento, de recursos acessíveis e de metodologias diferenciadas gera frustração tanto nas crianças com deficiência, que não encontram suporte para participar plenamente das atividades, quanto nos professores, que frequentemente se sentem despreparados para atender às demandas da inclusão.

Essa realidade se torna mais evidente diante da legislação brasileira que orienta a Educação Infantil. A LDB nº 9.394/1996, especificamente no artigo 29, estabelece que essa etapa deve garantir o desenvolvimento integral da criança, contemplando aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, além de complementar a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996). À luz desta fundamentação legal, infere-se que os conflitos escolares no contexto da educação inclusiva não devem ser interpretados apenas como problemas, mas também como indicadores da necessidade de repensar as práticas pedagógicas e a própria função social da escola.

As práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva exigem planejamento, fundamentação teórica e sensibilidade às especificidades dos sujeitos envolvidos. A formação continuada, a reflexão crítica sobre a prática docente e o alinhamento entre teoria e ação pedagógica constituem elementos essenciais para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e cooperativos.

Logo, diante do exposto, ratificamos que as práticas pedagógicas bem estruturadas não apenas favorecem a aprendizagem, mas também atuam diretamente na prevenção e na mediação de conflitos, fortalecendo relações mais dialógicas e inclusivas no cotidiano escolar. E adicionalmente a compreensão sobre conflitos é primordial para uma boa condução da

mediação e o professor pode, com apoio institucional, transformar esses desafios em práticas pedagógicas que promovam respeito, cooperação e aprendizagens consistentes a todos. Dado o exposto na seção adiante se estabelece um diálogo sobre práticas pedagógicas articuladas a inclusão escolar, com o intuito de trabalhar aspectos conflituosos.

3.1 Práticas pedagógicas para a promoção da inclusão

As práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil constituem um conjunto diversificado de estratégias que buscam alcançar cada criança, independentemente de suas condições, garantindo oportunidades de aprendizagem para todos. Entre estas estratégias, destaca-se a aprendizagem cooperativa, considerada uma das mais eficazes nesse contexto, pois favorece a interação entre crianças com diferentes habilidades, estimulando a colaboração, o respeito mútuo e o apoio recíproco ao longo do processo de aprendizagem. Conforme Barreto et al. (2024, p. 107) enfatizam:

[...] a cooperação entre os alunos facilita a troca de experiências e a construção conjunta do conhecimento, além de promover a socialização e o respeito às diferenças. Esse tipo de abordagem também possibilita que os alunos com necessidades educacionais especiais participem ativamente das atividades, de forma a garantir sua inclusão no contexto educacional.

A aprendizagem cooperativa vai além de uma metodologia, pois ela promove o desenvolvimento social, cognitivo e emocional ao incentivar os estudantes a aprender uns com os outros, reconhecendo diferentes formas de pensar e agir. Ao estimular a troca de vivências, o docente favorece o envolvimento ativo de todos os alunos, inclusive daqueles com condições atípicas, contribuindo para a superação de barreiras atitudinais no ambiente educativo. Nesse sentido, Sousa (2020, p. 18) destaca que práticas pedagógicas humanizadas são essenciais, ressaltando que, embora as tecnologias possam facilitar o ensino, não substituem a interação humana necessária ao desenvolvimento integral.

Assim, integrar práticas humanizadas e tecnologias digitais implica repensar o papel da escola como espaço de formação integral, entendendo a tecnologia como meio e não como fim. Recursos digitais devem potencializar a aprendizagem, promover a inclusão e personalizar o ensino, sempre guiados por princípios éticos. Para isso, gestores e educadores precisam desenvolver competências socioemocionais e digitais que sustentem práticas inovadoras sem negligenciar a dimensão afetiva do processo educativo. Empatia, escuta ativa e diálogo

permanecem pilares fundamentais na construção de vínculos e no desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes.

Outro aspecto essencial para a inclusão é o uso de recursos pedagógicos adaptativos. Nesse sentido, o emprego de tecnologias assistivas no contexto educacional tem se mostrado relevante para ampliar as possibilidades de participação e interação dos estudantes, por meio do uso de materiais e recursos acessíveis, como suportes diversificados de leitura, recursos visuais e sonoros, jogos pedagógicos adaptados, materiais concretos, pranchas de comunicação e ferramentas digitais educativas. Conforme afirmam Vieira et al. (2025, p. 4):

O uso de tecnologias assistivas tem se consolidado como uma importante ferramenta no processo de inclusão escolar, promovendo um ambiente educacional acessível e equitativo, ao proporcionar adaptações que permitem a participação plena dos estudantes em atividades acadêmicas, respeitando a diversidade de necessidades e potencialidades.

Dessa forma, tais recursos configuram-se como estratégias pedagógicas que contribuem para a flexibilização das práticas educativas, favorecendo o engajamento, a equidade e a redução de barreiras no processo de aprendizagem, bem como para a mediação de conflitos decorrentes das diferenças presentes no cotidiano escolar.

Com relação à ludicidade e às atividades práticas, estas também se destacam como estratégias promissoras de inclusão. Silva et al. (2022, p. 2072) “a utilização de jogos e brincadeiras no ambiente escolar estimula a aprendizagem de forma criativa, auxiliando as crianças a superarem desafios cognitivos e sociais”. As atividades práticas favorecem a experimentação, o engajamento e o respeito às diferenças individuais, fortalecendo habilidades cognitivas, emocionais e motoras.

Nesse contexto, destacam-se as rodas de conversa como uma estratégia pedagógica fundamental para a promoção da inclusão e a mediação de conflitos na educação infantil, uma vez que criam espaços de diálogo, escuta ativa e expressão de sentimentos. De acordo com Araújo e Almeida (2019, p. 6), “a roda de conversa constitui um espaço privilegiado de diálogo, no qual as crianças aprendem a ouvir, respeitar o outro e negociar sentidos, desenvolvendo competências sociais fundamentais para a convivência em contextos diversos”.

Além disso, os jogos cooperativos assumem papel relevante no contexto inclusivo, pois substituem a lógica da competição pela colaboração, possibilitando a participação de todas as crianças, independentemente de suas habilidades. Segundo Brotto (2017, p. 24), “os jogos cooperativos apresentam uma estrutura alternativa, na qual os participantes jogam com os

outros e não contra os outros, buscando superar desafios coletivamente e alcançar objetivos comuns”.

Nessa direção, Wallon (2007) ressalta que a afetividade desempenha papel fundamental no desenvolvimento infantil, especialmente na Educação Infantil, em que as emoções orientam as ações, as relações e a aprendizagem. Assim, práticas lúdicas e interativas favorecem não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também a regulação emocional e a convivência social, elementos essenciais para a mediação de conflitos em contextos inclusivos.

Nessa perspectiva, as brincadeiras dirigidas configuram-se como importantes instrumentos para a mediação de conflitos, uma vez que permitem ao educador observar as interações infantis e intervir pedagogicamente, orientando as crianças na resolução de impasses cotidianos. Conforme Kishimoto (2010, p. 4), “a brincadeira constitui um espaço privilegiado de aprendizagem social, no qual a criança vivencia regras, conflitos e acordos, fundamentais para o desenvolvimento da autonomia e da convivência”. Assim, a ludicidade, quando intencionalmente mediada pelo professor, transforma-se em um dispositivo pedagógico que articula inclusão, aprendizagem social e resolução de conflitos no cotidiano da Educação Infantil. O caráter interativo dessas práticas promove a troca de experiências e fortalece as relações interpessoais, fundamentais para o sucesso da inclusão.

Em síntese, a articulação entre práticas pedagógicas humanizadas, lúdicas e cooperativas, aliadas a uma gestão escolar comprometida com a equidade, contribui para a construção de processos educativos mais harmoniosos na Educação Infantil inclusiva, favorecendo a convivência das diferenças de maneira transformadora. Assim, a escola consolida seu papel como espaço democrático e inovador, no qual todos os alunos podem aprender, interagir e se desenvolver plenamente. A seguir detalhamos os caminhos metodológicos para a condução da presente pesquisa.

4 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste estudo é de natureza aplicada, pois busca gerar conhecimentos que aprimorem a prática docente na mediação de conflitos em escolas inclusivas. Quanto à abordagem, caracteriza-se como qualitativa, ao focar na compreensão das práticas pedagógicas, dos desafios e das estratégias utilizadas pelos professores, sem recorrer à mensuração estatística (Gil, 2019). Essa abordagem possibilita analisar os significados atribuídos pelos docentes às suas práticas e compreender os processos educativos em sua

complexidade, considerando os contextos sociais e institucionais nos quais a mediação de conflitos ocorre.

O procedimento técnico adotado foi a pesquisa bibliográfica (Gil, 2019), realizada por meio da revisão de livros, artigos científicos, periódicos e publicações especializadas sobre mediação de conflitos, educação inclusiva e educação infantil. A pesquisa bibliográfica foi conduzida de forma sistematizada, buscando identificar, organizar e analisar criticamente produções científicas relevantes à temática investigada. As buscas foram realizadas em bases como o Portal CAPES, SciELO, Google Acadêmico, Medline e Pedro, priorizando materiais publicados entre 2020 e 2025. Esse recorte temporal foi definido com o objetivo de contemplar estudos recentes, alinhados às discussões contemporâneas sobre Educação Inclusiva e mediação de conflitos no contexto escolar.

No total, 40 artigos foram identificados, sendo 10 na CAPES, 10 na SciELO, 10 no Google Acadêmico e 10 no Medline/Pedro. Inicialmente, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, com a finalidade de verificar a pertinência temática em relação aos objetivos da pesquisa. Após a triagem inicial, 38 seguiram para leitura de resumos, dos quais 20 foram excluídos. Os estudos foram excluídos por não abordarem a mediação de conflitos no contexto da Educação Inclusiva, por se referirem a outros níveis de ensino ou por não apresentarem relação direta com práticas pedagógicas. Os 18 restantes foram avaliados integralmente, resultando na exclusão de dez (10) que não atendiam aos critérios de elegibilidade. Entre os critérios de exclusão adotados nesta etapa destacam-se: ausência de foco na atuação docente, abordagem exclusivamente teórica sem articulação com a prática pedagógica, duplicidade de estudos e inadequação ao recorte da Educação Infantil. Assim, oito (8) estudos compuseram a análise final.

A sistematização e análise desses materiais, as quais foram realizadas à luz da análise descritiva (Gil, 2019), permitiram identificar conceitos, práticas e desafios da mediação de conflitos em salas inclusivas, oferecendo subsídios teóricos para refletir sobre estratégias eficazes e propor recomendações pedagógicas. Esse procedimento analítico possibilitou a organização dos dados em categorias temáticas, favorecendo uma compreensão ampliada das contribuições e limitações apontadas pelas produções científicas analisadas. Na seção seguinte, são apresentados os principais achados da pesquisa.

5 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: O QUE NOS REVELAM OS ESTUDOS SELECIONADOS

A literatura revisada evidencia uma série de fatores que influenciam a mediação de conflitos no contexto da educação inclusiva, destacando desafios, estratégias e práticas pedagógicas voltadas à promoção de um ambiente escolar mais democrático e colaborativo. Os artigos selecionados revelam que as principais estratégias de mediação incluem o incentivo ao diálogo, à escuta ativa e à cooperação entre os alunos, elementos que fortalecem a convivência e o respeito mútuo. Além disso, foram identificadas ações eficazes para a formação docente, como programas de capacitação continuada, rodas de conversa, dinâmicas de grupo, projetos interdisciplinares e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) como apoio à mediação.

Essas práticas se mostraram significativas na redução de conflitos escolares, no fortalecimento das relações interpessoais e na valorização da diversidade, reafirmando o papel da mediação como instrumento pedagógico essencial para a construção de uma educação inclusiva, participativa e humanizada. A seguir, destacamos o Quadro 1, que detalha aspectos relevantes das produções selecionadas.

Quadro 1 – Produções selecionadas para análise.

Nº	Autor(es) / Ano	Título	Objetivo	Metodologia	Resultado
1	Nthontho, M. A. (2020) journals.ufs.ac.za	Mediação de conflitos transformadora em escolas multirreligiosas na África do Sul	Analisar o papel dos diretores escolares como mediadores de conflitos em escolas com diversidade religiosa.	Estudo qualitativo realizado em escolas multiculturais sul-africanas, com entrevistas e observação.	Mostra como diretores atuam como mediadores transformativos e sugere capacitação para esse papel
2	Pinho, F. O.; Castro, R. F. de; Pinto da Costa, E. (2021) publi.ludomedia.org	Mediação de Conflitos: Impactos de uma Intervenção Pedagógica em uma Escola Pública na Amazônia Ocidental do Brasil	Avaliar os efeitos de uma intervenção pedagógica voltada à mediação de conflitos em uma escola pública.	Pesquisa-ação com oficinas e práticas mediadoras aplicadas com alunos e professores.	Evidencia impactos práticos da mediação: mudanças de cultura escolar, convívio e redução de conflitos
3	Lešková, L.; Haburajová Ilavská, L. (2023) cejsh.icm.edu.pl	Mediação entre Pares como Meio de Eliminar Conflitos no Ambiente Escolar	Investigar a mediação por pares como ferramenta para resolução de conflitos entre alunos.	Estudo de caso com aplicação de programa de mediação em escolas primárias e secundárias.	Apresenta os resultados de implementação de programa de mediação por pares, incluindo percepção dos alunos

4	Bakirova, A. (2024) mjestjournal.com	Habilidades de Mediação na Sala de Aula de Inglês	Discutir o uso de habilidades de mediação no ensino da língua inglesa em contexto escolar.	Pesquisa descritiva com análise de práticas didáticas e entrevistas com docentes.	Aponta para a mediação como prática didática e de convivência, mesmo em disciplina específica
5	Yaremko, O.; Dziubak, S. (2025) appj.wunu.edu.ua	Mediação como meio de resolver conflitos no ambiente educacional	Analisar a mediação como meio de resolução de conflitos educacionais e sua aplicabilidade nas escolas.	Revisão teórica e análise documental sobre práticas de mediação escolar.	Contribui para o entendimento teórico-organizacional dos tipos de conflito e do papel da mediação
6	“Mediation and inclusion as a tool to improve the relationships in the school” (2020) Plataforma Europeia de Educação Escolar	Projeto europeu de mediação e inclusão em escolas	Apresentar um programa de mediação e inclusão voltado à melhoria das relações no ambiente escolar.	Projeto experimental aplicado em escolas europeias com diversidade cultural.	Mostra a articulação prática entre mediação de conflitos e educação inclusiva em ambiente escolar
7	Alves, M.; Pinto da Costa, E. (2021) publi.ludomedia.org	Enquadrando a Mediação de Conflitos no Contexto da Formação de Professores: Uma Revisão de Escopo da Literatura entre 2000 e 2020	Mapear as produções científicas sobre mediação de conflitos na formação de professores.	Revisão de escopo de artigos publicados entre 2000 e 2020.	Aponta lacunas na formação docente e destaca necessidade de preparo para mediar conflitos
8	Riofrío-Calderón, G.; Ramírez-Montoya, M.-S. (2022) MDPI	Mediação e Aprendizagem Online: Mapeamento Sistemático da Literatura (2015–2020)	Sistematizar estudos sobre mediação em ambientes virtuais de aprendizagem.	Mapeamento sistemático de literatura internacional (2015–2020).	Embora com foco online, traz insights sobre mediação, interação e colaboração que podem se aplicar ao contexto escolar tradicional

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

Os estudos analisados revelam consenso quanto à relevância da mediação de conflitos como instrumento pedagógico e relacional no contexto escolar, evidenciando que tal prática contribui significativamente para a melhoria do clima institucional, das relações interpessoais e da cultura de paz nas escolas. A pesquisa de Nthontho (2020), desenvolvida em escolas multirreligiosas da África do Sul, aponta que diretores atuam como mediadores transformativos capazes de promover o diálogo e o respeito à diversidade, ressaltando a importância da capacitação desses profissionais para a mediação em contextos marcados pela pluralidade

cultural e religiosa. Essa abordagem demonstra que o papel da liderança escolar é determinante para a construção de ambientes educativos mais inclusivos e harmônicos.

No contexto brasileiro, Pinho, Castro e Pinto da Costa (2021) destacam os impactos de uma intervenção pedagógica voltada à mediação de conflitos em uma escola pública na Amazônia Ocidental. Os resultados mostraram mudanças expressivas na cultura escolar, com melhoria na convivência e redução significativa de episódios conflituosos. Essa experiência prática reforça a ideia de que a mediação, quando incorporada às práticas pedagógicas, não apenas soluciona conflitos, mas também transforma as relações no ambiente educativo, contribuindo para o desenvolvimento emocional e social dos alunos. Assim, a mediação se consolida como uma ferramenta educativa e não apenas disciplinar.

De forma complementar, o estudo de Lešková e Haburajová Ilavská (2023), apresentou a mediação entre pares como estratégia eficaz para o manejo de conflitos em escolas primárias e secundárias. A implementação do programa promoveu a corresponsabilidade dos estudantes na resolução de problemas e favoreceu a construção de competências socioemocionais. Essa prática demonstra que o envolvimento ativo dos alunos nas ações mediadoras contribui para o fortalecimento da autonomia e da empatia, ampliando o alcance da mediação para além da atuação dos docentes e gestores.

Ainda no campo das práticas pedagógicas, Bakirova (2024) enfatiza o desenvolvimento de habilidades de mediação na sala de aula de inglês, evidenciando que essa abordagem pode ser integrada ao processo de ensino-aprendizagem de qualquer disciplina. O estudo mostra que a mediação favorece a comunicação, a cooperação e o respeito mútuo, transformando o espaço de aprendizagem em um ambiente mais colaborativo. Essa perspectiva reforça a ideia de que a mediação transcende o campo da resolução de conflitos, assumindo um caráter formativo e humanizador.

Por sua vez, Yaremko e Dziubak (2025) abordam a mediação como meio de compreender e classificar os diferentes tipos de conflitos no ambiente escolar, destacando sua relevância teórica e organizacional. A contribuição destes autores consiste em sistematizar as formas de conflito e o papel mediador na prevenção e na resolução, o que amplia a compreensão do fenômeno no contexto educacional. Tal sistematização oferece subsídios para que escolas e educadores planejem estratégias mais adequadas às suas realidades institucionais.

A dimensão prática e internacional da mediação é reforçada pelo projeto europeu “Mediation and inclusion as a tool to improve the relationships in the school” (2020), que associa mediação e inclusão escolar. Os resultados evidenciam que a integração dessas duas abordagens potencializa o sentimento de pertencimento e melhora a convivência entre alunos

de diferentes origens e condições. Essa experiência corrobora a necessidade de políticas educacionais que articulem mediação, inclusão e diversidade como eixos indissociáveis de uma escola democrática.

No campo da formação docente, Alves e Pinto da Costa (2021), em uma revisão de escopo, identificam lacunas significativas na preparação dos professores para lidar com conflitos escolares. O estudo aponta que, apesar de ser reconhecida como prática essencial, a mediação ainda é pouco explorada nos currículos de formação inicial e continuada. Essa constatação reforça a urgência de incorporar conteúdos e práticas de mediação nos programas de formação, de modo a preparar os educadores para agir com sensibilidade, diálogo e assertividade diante dos desafios cotidianos da escola.

Por fim, a revisão de Riofrío-Calderón e Ramírez-Montoya (2022) amplia o debate ao abordar a mediação em ambientes virtuais de aprendizagem, destacando que, mesmo em contextos digitais, as estratégias mediadoras são fundamentais para o engajamento e a colaboração entre os participantes. Ainda que o foco seja o ensino online, os autores sugerem que as habilidades mediadoras são transferíveis ao ambiente escolar tradicional, sobretudo em tempos de crescente digitalização das práticas educativas.

Em linhas gerais, observa-se que os estudos selecionados convergem na compreensão da mediação de conflitos como um processo educativo transformador, que vai além da mera resolução destes. Trata-se de uma prática que fortalece o diálogo, o respeito à diversidade e a corresponsabilidade nas relações escolares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partimos do princípio de que a mediação de conflitos no ambiente escolar é uma estratégia fundamental para promover uma convivência baseada no respeito, na empatia e na colaboração, sendo compreendida, ao longo deste estudo, como uma prática pedagógica intencional e formativa. Adicionalmente, o docente como mediador em situações conflituosas desempenha um papel importante na criação de um ambiente de ensino mais harmonioso e inclusivo, em que as diferenças são reconhecidas e apreciadas como parte do processo de aprendizagem, especialmente em contextos marcados pela diversidade de sujeitos, com ou sem deficiência. Neste sentido, tivemos como objetivo central compreender como a mediação de conflitos realizada por professores/as da Educação Infantil pode contribuir para a promoção de um ambiente escolar inclusivo, acolhedor e harmonioso, articulando práticas pedagógicas, convivência escolar e desenvolvimento socioemocional das crianças.

Para o suporte teórico, visamos inicialmente identificar desafios latentes para a efetivação de uma educação inclusiva, para tanto, algumas questões se apresentam como fatores para se buscar suplantar, como o desconhecimento sobre como lidar com momentos de conflitos, assim tem-se as formações docentes, trabalho colaborativo com a gestão, entre outros, evidenciando a necessidade de uma atuação pedagógica alinhada aos princípios da inclusão e da equidade.

Em seguida, para atingir o objetivo de discutir sobre práticas pedagógicas e estas articuladas a proposta inclusiva e o respeito às diferenças, estabelecemos pontos para se pensar práticas que colaborem com a mediação de conflitos, trazendo o fator cooperativo e recursos adaptativos em prol de um espaço equilibrado, destacando a ludicidade, a aprendizagem cooperativa e o uso de recursos pedagógicos adaptativos como estratégias potencializadoras da convivência inclusiva.

Com vistas a alcançar o objetivo de investigar o que as produções científicas têm evidenciado sobre a mediação de conflitos por meio de práticas pedagógicas inclusivas, realizamos estudos de produções científicas, em particular artigos de diferentes bases. A partir da seleção e análise, ratificamos que a mediação, quando incorporada às práticas pedagógicas, não só ajuda a prevenir conflitos, como também impulsiona o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, fomentando o diálogo e a corresponsabilidade nas interações escolares, contribuindo para a construção de relações mais respeitadas e colaborativas no cotidiano escolar. Ademais, é fundamental promover a formação continuada de professores para que atuem como mediadores cientes de seu papel transformador e que possam intervir de maneira ética e reflexiva em situações de conflito, considerando as especificidades dos diferentes sujeitos presentes no contexto educacional.

Outro ponto relevante refere-se à necessidade de incorporar a mediação à formação inicial e continuada dos professores, possibilitando o desenvolvimento de competências comunicativas, empáticas e colaborativas, em consonância com uma concepção de educação inclusiva que valorize as diferenças como elementos formativos. Essa formação deve ser acompanhada de políticas escolares que incentivem práticas de convivência democrática, fortalecendo o vínculo entre escola, família e comunidade, bem como o papel da gestão escolar e do PPP na consolidação de uma cultura institucional inclusiva e mediadora de conflitos.

Além das contribuições apresentadas, este estudo também evidencia a necessidade de ampliação das investigações sobre a mediação de conflitos na Educação Infantil inclusiva. Nesse sentido, abre-se espaço para pesquisas futuras que possam aprofundar a temática a partir de diferentes abordagens metodológicas, como estudos de campo, pesquisas com professores,

gestores, famílias e as próprias crianças, bem como análises em distintos contextos educacionais. Tais investigações poderão contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas, ampliando a compreensão sobre os desafios e as possibilidades da mediação de conflitos em ambientes escolares inclusivos.

Em síntese, a compreensão sobre a mediação de conflitos é uma pauta relevante, constituindo uma ferramenta necessária para a atuação de professores em salas de aula da Educação Infantil. As diferenças fazem parte de todos os seres humanos, assim, compreender que fazem parte de todos os contextos é pertinente para agir de forma inclusiva, respeitando a diversidade e buscando práticas pedagógicas que promovam a resolução de situações desta natureza.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.; PINTO DA COSTA, E. Framing Conflict Mediation in the Context of Teacher Training: A Scoping Review of the Literature Between 2000 and 2020. **Revista Ludomedia de Educação**, v. 2, n. 3, p. 10–25, 2021.

BAKIROVA, A. Mediation Skills in the English Language Classroom. **Modern Journal of Studies in Teaching and Learning**, v. 12, n. 1, p. 56–70, 2024.

BARRETO, A. L.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA, T. P. **Educação inclusiva e práticas colaborativas na escola contemporânea**. São Paulo: Cortez, 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 nov. 2025.

BOY, P.P. **Educação Inclusiva: desafios e possibilidades**. 2019. Disponível em: <https://www.construirnoticias.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-possibilidades>. Acesso em 14 de fevereiro de 2019.

BUENO, J. J.; BUENO, S.; PORTILHO, E. M. L. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p.23; 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17822. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17822>. Acesso em: 23 nov. 2025.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. 6. ed. Santos: Projeto Cooperação, 2017.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 4 edição. Porto Alegre: Mediação, 2012.

EUROPEAN SCHOOL EDUCATION PLATFORM. Mediation and inclusion as a tool to improve the relationships in the school. **Projeto europeu de mediação e inclusão**, 2020.

FARIAS, J. P. (2019). **A didática e a prática escolar: abordagens e objeto**. Trabalho de Conclusão de Curso - Campus Universitário de Abaetetuba, Faculdade de Educação e Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. 42f.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 47.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEŠKOVÁ, L.; HABURAJOVÁ ILAVSKÁ, L. Peer Mediation as a Means of Eliminating Conflict in the School Environment. **Central European Journal of Social Sciences and Humanities (CEJSH)**, v. 31, n. 4, p. 211–225, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Monteiro, R. F.; Pereira, A. I. B. (2025). Conflitos interpessoais na escola e a formação de sujeitos moralmente autônomos. **Interfaces Científicas – Educação**, 13(1), 72-86.

<https://doi.org/10.17564/2316-3828.2025v13n1p72-86>

NTHONTHO, M. A. Transformative conflict mediation in multi-faith schools in South Africa. **Perspectives in Education, Bloemfontein: University of the Free State**, v. 38, n. 2, p. 45–58, 2020.

PINHO, F. O.; CASTRO, R. F. de; PINTO DA COSTA, E. Conflict Mediation: Impacts of a Pedagogical Intervention in a Public School in the Western Amazon of Brazil. **Revista Ludomedia de Educação**, v. 3, n. 1, p. 22–34, 2021.

SILAS, M. B. (2019). Fundamentos teórico-metodológicos da pedagogia histórico-crítica: uma relação necessária entre história e filosofia. **Educar em Revista**, 35(76), 199-218.

SOUSA, M. A. A integração entre práticas humanizadas e inovação tecnológica na educação contemporânea. **Revista Brasileira de Educação e Tecnologia**, v. 6, n. 1, p. 10–25, 2020.

SILVA, C. A.; NASCIMENTO, D. P. Aprendizagem Baseada em Projetos em uma escola pública do Rio de Janeiro: desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais. **Revista de Educação Pública**, v. 29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620220003002854>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, D. K. O. et al. Educação infantil em tempos de pandemia. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 3, p. 2069-2075, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4824>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, M. D. et al. O lúdico dos jogos e das brincadeiras no ensino inclusivo de crianças com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i4.943>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, W. S. Aspectos críticos do protagonismo juvenil em Antônio Carlos Gomes da Costa. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, **Universidade de Brasília**, 2015. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/18307/1/2015_WesleySantosSilva_tcc.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.

VIEIRA, Maria Letícia et al. **Tecnologias assistivas e inclusão escolar**. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 4, p. 1–25, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n4-057. Acesso em: 16 dez. 2024.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
YOSHIDA, S. **Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola pública**. 2019. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>. Acesso em 04 de março de 2019.

YAREMKO, O.; DZIUBAK, S. Mediation as a means of resolving conflicts in the educational environment. **Applied Psychology Journal**, v. 8, n. 2, p. 101–113, 2025.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de aceite do Artigo Científico



O trabalho intitulado **MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POR PROFESSORES EM SALAS DE AULA INCLUSIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE DESAFIOS E PRÁTICAS**, de autoria de **Paulina Teixeira Barros e Francisca Melo Agapito** foi aprovado na modalidade ARTIGO CIENTÍFICO, para apresentação no evento SENAPEI a ser realizado 27/11/2025.

IMPERATRIZ-MARANHÃO-BRASIL

{assinatura.comissao}

JOSÉ EDILMAR DE SOUSA - contatosenapei@gmail.com

Data do Aceite: 27/11/2025

ANEXO B – Certificado de participação no evento

